SOBRE A CAPACIDADE PROCESSUAL DOS ANIMAIS.¹⁷²

ABOUT THE LEGAL STANDING OF ANIMALS

Carlos Frederico Bastos Pereira

Doutor em Direito Processual pela USP. Mestre em Direito Processual pela UFES. Professor de Direito Processual Civil na FDV. Advogado. E-mail: fredbastospereira@gmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa se animais têm capacidade processual para figurar como autores ou réus em processos judiciais. De acordo com o sistema jurídico vigente, animais não são considerados sujeitos de direito, mas bens móveis semoventes. Portanto, não têm capacidade de ser parte e, conseqüentemente, não têm capacidade processual. O Projeto de Lei nº 6.054/2019 e o Projeto de Lei nº 145/2021 propõem alterações no Código Civil e no Código de Processo Civil para atribuir capacidade de ser parte e capacidade processual aos animais, mas devem ser ajustados para que essas mudanças legislativas atinjam a finalidade pretendida. Assim, a tutela coletiva dos direitos dos animais ocorrerá por substituição processual do Ministério Público, Defensoria Pública ou associações civis e a tutela individual dos direitos dos animais ocorrerá por representação processual dos seus tutores ou guardiões.

PALAVRAS-CHAVE: Animal. Capacidade de ser parte. Capacidade processual. Pressupostos processuais. Direito processual civil.

ABSTRACT: The present article examines whether animals have legal standing to appear as plaintiffs or defendants in judicial proceedings. According to the current legal system, animals are not considered legal subjects, but rather movable chattels. Therefore, they don't have the capacity to be parties and, consequently, don't have legal standing. Brazilian Bill No. 6,054/2019 and Bill No. 145/2021 propose amendments to the Brazilian Civil Code and the Brazilian Code of Civil Procedure to grant animals the capacity to be parties and procedural capacity, but these bills need to be adjusted to ensure that these legislative changes achieve their intended purpose. Thus, collective protection of animal rights will occur through procedural substitution by the Public Prosecutor's Office, Public Defender's Office, or civil associations, and individual protection of animal rights will occur through procedural representation by their caretakers or guardians.

¹⁷² Artigo recebido em 23/07/2024 e aprovado em 05/12/2024.

KEYWORDS: Animal. Capacity to be a party. Legal standing. Procedural assumptions. Civil procedural law.

“Nós temos a visão do mundo, mas os animais têm a percepção do mundo”.

Olga Tokarczuk¹⁷³

INTRODUÇÃO

A causa animal tem ganhado destaque no cenário jurídico nos últimos tempos, em diversas áreas e com diferentes nuances. No *direito constitucional*, a vedação do tratamento cruel aos animais (art. 225, § 1º, inc. VII, da CF) levou o STF a proibir a vaquejada (ADI 4.983) e a rinha de galo (ADI 2.514) como manifestações culturais lícitas. No *direito penal*, é crime ambiental a prática de maus-tratos a animais silvestres, domésticos ou domesticados, conforme Lei nº 9.605/1998. Já no *direito civil*, tem sido debatida na doutrina e nos tribunais a guarda de animais de estimação em divórcios e a capacidade sucessória dos animais em caso de herança deixada pelo falecido.

Como esperado, o avanço na compreensão jurídica dos direitos dos animais acabaria por repercutir no *direito processual civil*. Propostas doutrinárias recentes têm defendido

animais como sujeitos de direito e a capacidade processual deles para figurar como autores e réus em processos judiciais.

O tema também tem chegado aos tribunais brasileiros. Por exemplo, o TJSP classificou pedido de inclusão de cães no polo passivo como “profundamente lamentável” e disse que a advocacia não tem “espaço para invenções ou gracinhas”¹⁷⁴. Enquanto, o TJPR reconheceu a capacidade processual de dois cães vítimas de maus-tratos que ajuizaram ação representados por uma ONG de proteção aos animais. O argumento foi de que “animal não é coisa, mas sim portador de dignidade própria” e que “o Direito deve evoluir em consonância com o avanço do processo civilizatório”¹⁷⁵. Como se vê, o tema é polêmico, comumente tratado em tom jocoso e tende à polarização.

O presente trabalho pretende demonstrar, em primeiro lugar, as razões pelas quais animais não têm capacidade processual no sistema jurídico vigente (*análise de lege lata*), e, em segundo lugar, examinar a suficiência de dois Projetos de Lei que buscam regulamentar a capacidade processual dos animais (*análise de lege ferenda*).

O trabalho não pretende justificar se é bom ou ruim atribuir capacidade processual aos animais sob a perspectiva axiológica, mas apenas responder se eles a possuem e como

¹⁷³ TOKARCZUK, Olga. *Sobre os ossos dos mortos*. Trad. Olga Baginska-Shinzato. São Paulo: Todavia, 2019, p. 188.

¹⁷⁴ TJSP; Apelação Cível nº 1000235-72.2020.8.26.0252, Relator: Desembargador

Gilberto dos Santos, 11ª Câmara de Direito Privado, Data do Julgamento: 10/05/2021.

¹⁷⁵ TJPR, Agravo de Instrumento nº 0059204-56.2020.8.16.0000, Relator: Desembargador Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, 7ª Câmara Cível, Data do Julgamento: 14/09/2021.

deveria ser regulamentada caso a tivessem. Portanto, não serão discutidas questões éticas, filosóficas ou biológicas que envolvem o tema. Embora importantes, não estão inseridas no recorte metodológico proposto, que se limita a uma análise processual.

1. A ANÁLISE DE LEGE LATA

No direito brasileiro atual, animais não têm nem capacidade de ser parte, pois não são sujeitos de direito. A opção do Legislador, conforme interpretação majoritária do art. 82 do CC, é que os animais são apenas bens móveis semoventes, meras coisas¹⁷⁶. São, portanto, objeto de propriedade. Essa construção é fruto essencialmente de interpretação doutrinária, uma vez

que o dispositivo não menciona de forma expressa os animais e nem faz referência à sua natureza jurídica.

O principal argumento utilizado para refutar a condição de sujeito de direito dos animais é que eles não se enquadram no conceito de pessoa natural, entendido como o ser humano dotado de estrutura biopsicológica. Parcela da doutrina defende caminho intermediário: os animais não são sujeitos de direito e nem coisas, mas uma espécie *sui generis* que merece proteção jurídica especial¹⁷⁷. No entanto, essa opção ainda está longe de ser unânime, especialmente devido à falta de regulamentação específica sobre o tema.

Só podem titularizar direitos e deveres os que são considerados sujeitos de direito, condição

¹⁷⁶ Como defende a maioria da doutrina civilista: FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: Parte Geral e LINDB*. 19ª ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 370-371; PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: introdução ao direito civil - teoria geral de direito civil*. 34ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 184; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. *Fundamentos de direito civil: teoria geral do direito civil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024, vol. 1, p. 186; DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil*. 41ª ed. São Paulo: Saraiva jur, 2024, vol. 1, p. 132; VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: Parte Geral*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024, vol. 1, p. 105 e 253. Especificamente, GONTIJO, Bruno Resende Azevedo; FIUZA, César. Dos fundamentos da proteção aos animais – uma análise acerca das teorias de personificação dos animais e dos sujeitos de direito sem personalidade. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, v. 1, n. 1, p. 189-204, out./dez., 2014; SIMÃO, José Fernando. Direito dos animais: natureza jurídica. A visão do direito civil. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 3,

n. 4, p. 897-911, 2017; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; PETERLE, Selma Rodrigues. Análise crítica do Código Civil de 2002 à luz da Constituição brasileira: animais não humanos. *Revista de Direito Ambiental*, v. 24, n. 93, p. 65-88, jan./mar. 2019.

¹⁷⁷ Neste sentido, TARTUCE, Flávio. *Direito civil: Lei de Introdução e Parte Geral*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024, vol.1, p. 298-299; AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 10ª ed. São Paulo: Saraiva jur, 2018, p. 319; SCHREIBER, Anderson. *Manual de direito civil contemporâneo*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva jur, 2024, p. 78; LÔBO, Paulo. *Direito civil: parte geral*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva jur, 2024, vol. 1, p. 82; MIRAGEM, Bruno. *Teoria geral do direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 344. Ampliando essa condição para alcançar também seres inanimados, como a natureza, BENJAMIN, Antônio Herman. A natureza no Direito Brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso. *Caderno Jurídico da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo*, ano 1, v. 1. n. 02, p. 149-169, jul. 2001.

fundamental para ter capacidade de ser parte e para figurar em uma relação jurídica processual, seja como autor, seja como réu. Os animais não possuem essa condição¹⁷⁸.

A *capacidade de ser parte* é a aptidão de alguém figurar como sujeito de uma relação jurídica processual. Trata-se de um pressuposto processual subjetivo. Os sujeitos da relação jurídica processual são aqueles capazes de titularizar situações jurídicas processuais, tais como faculdades, ônus, poderes e deveres. Não existe sujeito com “capacidade parcial de ser parte”, pois essa é uma característica absoluta que o sujeito ou possui ou não possui¹⁷⁹.

A capacidade de ser parte é uma regra de natureza pré-processual e, por isso, a sua configuração necessita de uma análise do direito material. Afinal,

“ter capacidade de ser parte é ser titular de pretensão à tutela jurídica”¹⁸⁰. O sujeito precisa ter aptidão para a titularidade de deveres e direitos. Não por acaso, “a capacidade de ser parte coincide com a personalidade jurídica, conceituada pelo Código Civil como capacidade de adquirir direitos e deveres na ordem civil”¹⁸¹. No sistema jurídico brasileiro, a capacidade de ser parte é geralmente atribuída a todos os sujeitos dotados de personalidade civil. De acordo com o art. 1º do Código Civil, esses sujeitos são as pessoas naturais e as pessoas jurídicas.

Os animais, por sua vez, não são pessoas de acordo com o direito brasileiro. Nem mesmo a senciência, compreendida como a sensibilidade à dor e a capacidade de sofrer, é um critério capaz de atribuir direitos aos animais¹⁸². Ainda que essa característica

¹⁷⁸ Contra, defendendo animais como sujeitos de direito, DIAS, Edna Cardozo; Os animais como sujeitos de Direito. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 1, n. 1, p. 119-121, jul./dez. 2006; RODRIGUES, Danielle Tetü. *Os animais não-humanos como sujeitos de direito sob enfoque interdisciplinar*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Defesa: Curitiba, 2007, p. 59-65; FERREIRA, Ana Conceição Barbuda. Animais não humanos como sujeitos de direito: considerações processuais. *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 6, n. 9, p. 307-353, jul./dez. 2011; ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais: a judicialização do direito animal no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022, p. 204-206.

¹⁷⁹ DIDIER JR., Fredie. *Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 113; ATAÍDE JR., Vicente de Paula. A capacidade processual dos animais. *Revista de Processo*, v. 46, n. 313, p. 95-128, mar. 2021.

¹⁸⁰ MELLO, Marcos Bernardes de. Achegas para uma teoria das capacidades em direito. *Revista de Direito Privado*, v. 1, n. 3, p. 9-34, jul./set., 2000, esp. p. 27.

¹⁸¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017, vol. II, p. 334; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Comentários ao Código de Processo Civil – Volume II (arts. 70 a 118)*, Das partes e dos procuradores. Coordenadores: José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme A. Bondioli, João Francisco Naves da Fonseca. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 21-22.

¹⁸² Sobre o critério da senciência animal, ANDRADE, Fernanda; ZAMABM, Neuro José. A condição de sujeito de direito dos animais humanos e não humanos e o critério da senciência. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 11, n. 23, p. 143-171, set./dez. 2016; SILVESTRE, Gilberto Fachetti; LORENZONI, Isabela Lyrio; HIBNER, Davi Amaral. A tutela jurídica material e processual da senciência animal no ordenamento jurídico brasileiro: análise da legislação e de decisões judiciais.

em alguma medida aproxime os animais dos seres humanos, ela não é fator de atribuição de direitos e deveres a eles.

Existem exemplos no ordenamento jurídico de sujeitos que são titulares de direitos e deveres e não têm essa característica. Ou seja, são sujeitos com capacidade de ser parte, mas sem os atributos da pessoa humana. Isso porque a lei escolhe atribuir capacidade de ser parte a alguns entes *despersonalizados* que não têm vida humana nem personalidade civil no plano do direito material. Com o objetivo de promover o acesso à justiça, esses entes são dotados de *personalidade judiciária* ou *processual*¹⁸³.

São exemplos dessa figura intermediária os entes listados no art. 75 do CPC, como o espólio, a massa falida, a herança jacente e vacante, o condomínio edilício, bem como aqueles reconhecidos pela jurisprudência dos tribunais brasileiros, como o nascituro, a Câmara dos Deputados, as Câmaras Municipais de Vereadores, as Assembleias Legislativas, os Tribunais

de Justiça, o PROCON, os consórcios, entre outros¹⁸⁴.

Diferente da capacidade de ser parte, a *capacidade processual*, também conhecida como capacidade de estar em juízo, é a aptidão de um determinado sujeito praticar atos processuais sem assistência ou representação. É quando um determinado sujeito age por si só no processo, praticando os atos processuais que demanda a sua atuação pessoal. O seu objetivo é proteger a esfera jurídica das partes no processo para assegurar a sua participação com o mínimo grau de compreensão do significado dos atos processuais e dos efeitos que eles podem produzir para elas¹⁸⁵. Também é um pressuposto processual subjetivo e está previsto no art. 70 do CPC cuja redação prescreve que “toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo”.

A capacidade processual pressupõe a capacidade de ser parte. Um sujeito pode ter capacidade de ser

Revista Brasileira de Direito Animal, v. 13, n. 1, p. 55-95, jan./abr. 2018; DEMASI, Luiza Regina Ferreira. A senciência animal e o direito. *Revista de Direito Ambiental*, v. 25, n. 100, p. 555-579, out./dez. 2020.

¹⁸³ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, vol. II, p. 335-336; LOPES. Bruno Vasconcelos Carrilho. *Comentários ao Código de Processo Civil – Volume II* (arts. 70 a 118), p. 21-22. Destacando que a ampliação da capacidade de ser parte tem ligação com o acesso à justiça, GRECO, Leonardo. *Instituições de processo civil: introdução ao direito processual civil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, vol. 1, p. 330-331.

¹⁸⁴ Todos reconhecidos pelo STJ, por exemplo, no RMS n. 8.967/SP, relator Ministro Humberto

Gomes de Barros, relator para acórdão Ministro José Delgado, Primeira Turma, j. 19/11/1998. Sobre possibilidade de atribuir capacidade de ser parte a entes organizados despersonalizados, vale conferir UZEDA, Carolina; TEMER, Sofia; PANTOJA, Fernanda Medina; FARIA, Marcela Kohlbach. Entes organizados despersonalizados e capacidade de ser parte: grupos e associações de fato em juízo (Art. 75, IX, do CPC). *Civil Procedure Review*, v. 12, n. 1, jan.-abr., p. 165-205, 2021.

¹⁸⁵ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, vol. 2, p. 87.

parte, mas não ter capacidade processual e por isso ela deve ser integrada pela representação ou assistência. No entanto, a recíproca não é verdadeira: sem capacidade de ser parte, não há capacidade processual.

É possível citar como exemplos dos sujeitos que tem capacidade de ser parte, mas não tem capacidade processual, aqueles que são absoluta e relativamente incapazes. É por isso que o art. 71 do CPC prevê a possibilidade de suprir a incapacidade processual pela representação e assistência de seus pais, tutores ou curadores. O art. 3º do CC, reformado pela Lei nº 13.146/2015, considera absolutamente incapazes os menores de 16 anos, que serão *representados* em juízo¹⁸⁶. Já o art. 4º do CC, também reformado pela Lei nº 13.146/2015, considera relativamente incapazes os maiores de 16 e menos de 18 anos, os ébrios habituais, os toxicômanos, os pródigos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, que serão *assistidos* em juízo.

A diferença entre a representação e a assistência nesses casos leva em consideração o *grau de interferência* na manifestação de vontade do sujeito representado ou assistido. Por isso, na representação, é o representante que realiza os atos processuais em detrimento do sujeito representado, enquanto, na assistência, os atos

processuais são realizados conjuntamente entre o assistente e o assistido¹⁸⁷.

No caso dos animais, não existe a possibilidade de representação ou assistência em juízo pelo simples fato de que eles não têm capacidade de ser parte. Como já foi dito, a compreensão atual do sistema jurídico é de que eles não são sujeitos de direito e não titularizam direitos e deveres.

A falta de capacidade de ser parte ou de capacidade processual podem causar consequências diferentes para o desfecho da demanda porque impactam de modo distinto no regular desenvolvimento do processo. A capacidade de ser parte é um pressuposto processual cuja ausência constitui vício insanável que leva à extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, inc. IV, do CPC. Já a capacidade processual também é um pressuposto processual, mas sua ausência é considerada um vício sanável que não conduz à extinção imediata do processo. Na forma do art. 76 do CPC, uma vez verificada a incapacidade processual, o juiz suspenderá o processo e designará prazo para que o vício seja sanado.

Os pressupostos processuais são *filtros* cujo objetivo é impedir postulações inviáveis sob o aspecto formal¹⁸⁸. Dentro desta lógica, o exame da presença dos pressupostos

¹⁸⁶ Não confundir essa *representação* dos absolutamente incapazes com a *representação* das pessoas jurídicas por meio dos representantes legais, conforme destacou PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 5ª ed.

Rio de Janeiro: Forense, 1995, t. I, p. 267 e 218-319.

¹⁸⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, vol. II, p. 337.

¹⁸⁸ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Sobre os pressupostos processuais. In: *Temas de direito processual: quarta série*. São Paulo: Saraiva,

processuais se destina a proteger a própria a parte da produção de “efeitos desvantajosos” no processo sem que ela tenha condições exercer adequadamente o seu direito de ação ou defesa, especialmente quando proferida sentença de mérito apta a formar coisa julgada material¹⁸⁹.

Portanto, os processos judiciais ajuizados por animais em nome próprio, ou contra eles, mesmo quando representados ou assistidos, deverão ser extintos, sem resolução de mérito, por *falta de pressuposto processual* relativo à capacidade de ser parte (art. 485, inc. IV, CPC)¹⁹⁰.

Se essa disciplina normativa é boa ou ruim, pouco importa. A análise não é axiológica, mas dogmática. Esse entendimento é o predominante no direito brasileiro vigente. Como os animais não são sujeitos de direito, não têm personalidade civil e,

invariavelmente, não tem capacidade de ser parte nem mesmo como uma espécie intermediária. Sem capacidade de ser parte, não é possível falar em capacidade processual dos animais.

Nem mesmo o art. 225, § 1º, inc. VII, da CF, é suficiente para esse propósito. O dispositivo da Constituição é constantemente invocado pela doutrina do direito animal no sentido de que a Constituição sinalizaria atribuição de capacidade jurídica aos animais como expressão da sua dignidade pelo fato de ser vedado o tratamento cruel a eles¹⁹¹. Por sua vez, o texto prescreve que incumbe ao Poder Público, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de

1989, p. 83-93, esp. p. 89. No entanto, a doutrina posterior questiona, acertadamente, que “um filtro, entretanto, só tem utilidade se impede a passagem de algo. E o que deve ser feito, então, se esse filtro não funciona?” (BATISTA, Lia Carolina. Pressupostos processuais e efetividade do processo civil: uma tentativa de sistematização. *Revista de Processo*, v. 37, n. 214, p. 79-119, dez. 2012).

¹⁸⁹ SOUSA, Miguel Teixeira de. Sobre o sentido e a função dos pressupostos processuais: algumas reflexões sobre o dogma da apreciação prévia dos pressupostos processuais na ação declarativa. *Revista de Processo*, v. 16, n. 63, p. 64-87, jul./set. 1991; MARINONI, Luiz Guilherme. A função dos “pressupostos processuais” no processo civil contemporâneo. *Revista do Instituto dos Advogados do Paraná*, n. 35, p. 81-96, jul. 2007).

¹⁹⁰ Não deixa de ser curioso, porém, que Nicetó Alcalá-Zamora y Castillo tenha identificado 25 ações judiciais de países da Europa e da América

Latina entre os anos de 1956 e 1969 envolvendo animais e objetos inanimados como partes. No estudo, ele conclui que animais e objetos inanimados podem produzir mortes, lesões e danos, o que não lhes confere legitimidade/capacidade para serem processados (CASTILLO, Nicetó Alcalá-Zamora y. Enjuiciamiento de animales y de objetos inanimados, en la segunda mitad del siglo XX. In: *Estudios procesales*. Madrid: Tecnos, 1974, p. 686-726).

¹⁹¹ Por todos, dizendo que os animais são “seres dotados de consciência e de senciência, portadores de dignidade própria e titulares de direitos fundamentais, como quer a Constituição Federal, ao positivizar a regra da proibição da crueldade e o correlato princípio da dignidade animal (art. 225, § 1º, VII)”, cfr. ATAÍDE JR., Vicente de Paula. A capacidade processual dos animais. *Revista de Processo*, v. 46, n. 313, p. 95-128, mar. 2021.

espécies ou submetam os animais a crueldade”.

Na perspectiva da *norma jurídica*, veicula *apenas* uma regra que veda o emprego de tratamento cruel aos animais, embora não preveja as consequências jurídicas que decorrem do descumprimento dela. Não há no texto constitucional nenhuma descrição de suporte fático para atribuir aos animais a condição de sujeito de direito. Apenas uma inadequada interpretação elástica e principiológica é que autorizaria conclusão diferente. Já na perspectiva dos *direitos fundamentais*, prescreve *deveres ao Estado* de proteção dos animais, vedando práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, como o tratamento cruel a eles dispensado¹⁹².

Portanto, a norma constitucional não atribui aos animais a condição de sujeitos de direito, mas somente a de destinatários de deveres de proteção estatal para dar efetividade ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado¹⁹³. A hermenêutica constitucional adequada desse dispositivo é a que “confere aos animais o status de bem jurídico ambiental a ser protegido”¹⁹⁴. Somente a promulgação de lei infraconstitucional disciplinando o

tema de forma expressa e específica é que encerraria esse debate. O que existe, porém, são Projetos de Lei ainda não aprovados.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais também não pode ser considerada uma fonte normativa capaz de atribuir capacidade de ser parte aos animais. Afinal, trata-se de um “documento internacional não ratificado pelo Poder Legislativo interno, não possui forma de tratado e, além disso, não impõe sanções aos que infringirem suas genéricas disposições”¹⁹⁵. Não tem conteúdo jurídico-normativo e não tem força de lei. Quando muito, é um instrumento de *soft law* que pode auxiliar na interpretação de normas jurídicas internas, mas jamais uma fonte normativa capaz de criar direitos e deveres no âmbito do ordenamento jurídico de um determinado país.

Igualmente não procede o argumento de que a incapacidade processual dos animais é suprida por causa do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 24.645/1934, responsável por estabelecer medidas de proteção aos animais: “os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades

¹⁹² SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, p. 371-374.

¹⁹³ Para uma visão do tema sob a perspectiva do direito constitucional, cfr. SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. *Direito constitucional ecológico: Constituição, direitos fundamentais e proteção da natureza*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, p. 110-111 e 134-169.

¹⁹⁴ HACHEM, Daniel Wunder; GUSSOLI, Felipe Klein. Animais são sujeitos de direito no ordenamento jurídico brasileiro? *Revista Brasileira de Direito Animal*, v.13, n. 03, p.141-172, set-dez 2017.

¹⁹⁵ SILVESTRE, Gilberto Fachetti; LORENZONI, Isabela Lyrio; HIBNER, Davi Amaral. A tutela jurídica material e processual da senciência animal no ordenamento jurídico brasileiro: análise da legislação e de decisões judiciais. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 13, n. 1, p. 55-95, jan./abr. 2018.

protetoras de animais”. O dispositivo não prevê nada sobre a eventual titularidade de direitos e deveres por parte dos animais e nem atribui capacidade de ser parte a eles¹⁹⁶. O texto versa tão somente sobre o *modo de atuação* em juízo dos animais. No máximo, então, regula a capacidade processual dos animais. Ocorre que não se pode cogitar de capacidade processual sem capacidade de ser parte.

Como se não bastasse, a parcela da doutrina que utiliza o referido decreto para justificar a capacidade processual dos animais ignora que o seu art. 10 qualifica os animais como propriedade dos seres humanos: “são solidariamente passíveis de multa e prisão os *proprietários de animais* e os que os tenham sob sua guarda ou uso, desde que consintam a seus prepostos atos não permitidos na presente lei”.

Além disso, o referido decreto não pode ser utilizado como fonte normativa porque foi formalmente revogado pelo Decreto nº 11/1991. Parcela da doutrina defende que essa revogação não produziu efeitos porque o Decreto nº 24.645/1934 foi promulgado à época com força de lei e não poderia

ser poderia ser revogado por decreto presidencial, ato normativo que seria hierarquicamente inferior¹⁹⁷. Além disso, a Lei nº 9.605/1998, que versa sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, substituiu no ordenamento jurídico o Decreto nº 24.645/1934¹⁹⁸.

Inclusive, duas decisões recentes do STJ, uma de 2018 e outra de 2022, reforçam a compreensão de que animais não são considerados sujeitos de direito de acordo com o sistema jurídico vigente. As duas Turmas de Direito Privado compartilham o entendimento de que os animais ainda têm natureza jurídica de meras coisas à luz do Código Civil, razão pela qual são considerados objeto de propriedade. Porém, esses dois precedentes do STJ ressaltaram que esse enquadramento normativo dos animais é insuficiente para resolver os litígios que envolvem animais de estimação por não tratar de simples discussão de posse e propriedade.

Em caso que discutia o direito de visita a um *pet* depois da dissolução de união estável de um casal, a 4ª Turma do STJ ressaltou que “o regramento jurídico

¹⁹⁶ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*, vol. 1, p. 490, muito embora diga, equivocadamente, que “o Decreto não cuida de nenhum tema de Direito Processual”.

¹⁹⁷ Neste sentido, BENJAMIN, Antônio Herman. A natureza no Direito Brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso. *Caderno Jurídico da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo*, nota de rodapé nº 20; GORDILHO, Heron José de Santana; ATAÍDE JR., Vicente de Paula. A capacidade processual dos animais no Brasil e na América Latina. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa*

Maria, v. 15, n. 2, maio/ago. 2020; ATAÍDE JR., Vicente de Paula. O Decreto nº 24.645/1934 e a capacidade de ser parte dos animais no processo civil. *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, v. 21, n. 129, p. 83-101, jan./fev. 2021; ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais*, p. 304-308.

¹⁹⁸ HACHEM, Daniel Wunder; GUSSOLI, Felipe Klein. Animais são sujeitos de direito no ordenamento jurídico brasileiro? *Revista Brasileira de Direito Animal*, v.13, n. 03, p.141-172, set-dez 2017.

dos bens não se vem mostrando suficiente para resolver, de forma satisfatória, a disputa familiar envolvendo os pets, visto que não se trata de simples discussão atinente à posse e à propriedade”¹⁹⁹. Em outro caso que analisava a divisão de despesas com os animais de estimação após o fim do relacionamento de um casal, a 3ª Turma do STJ também ressaltou a necessidade de observar “um filtro de compatibilidade de seus termos com a natureza particular dos animais de estimação, seres que são dotados de sensibilidade, com ênfase na proteção do afeto humano para com os animais”²⁰⁰.

Contudo, é importante observar que as duas Turmas do STJ não se manifestaram expressamente sobre eventual capacidade de ser parte ou capacidade processual dos animais nestes julgamentos. A questão foi tratada apenas lateralmente, como *obiter dictum*. Dos fundamentos determinantes destes precedentes é possível apenas realizar uma inferência de que, se o os animais não são sujeitos de direito, mas meras coisas, logo, não possuem capacidade de ser parte e nem capacidade processual.

A conclusão, analisando *de lege lata* as normas jurídicas brasileiras em vigor, é que animais não têm capacidade de ser parte e por isso também não tem capacidade processual. Animais não podem figurar como autor ou réu em relações jurídicas processuais, nem mesmo representados ou assistidos²⁰¹.

2. A PROPOSTA DE LEGE FERENDA

A análise *de lege lata* mostrou que os animais não têm capacidade processual porque, antes disso, não têm capacidade de ser parte. São considerados bens móveis, meras coisas, submetidos ao regime jurídico de propriedade.

Ocorre que a capacidade de ser parte e a capacidade processual são conceitos jurídico-positivos e podem variar no tempo e espaço dos ordenamentos jurídicos de cada país²⁰². Nada impede que se atribua ou que se retire a capacidade de ser parte de um sujeito ou ente. Essa é uma escolha político-legislativa que deve ser feita por cada país à luz dos valores da sua própria ordem jurídica²⁰³. Inclusive, a personalidade jurídica não deve ser

¹⁹⁹ REsp 1.713.167/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, j. 19/6/2018.

²⁰⁰ REsp 1.944.228/SP, relator para acórdão Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, j. 18/10/2022.

²⁰¹ Fredie Didier Jr., analisando a capacidade de ser parte como pressuposto processual, afirmou em 2005 que “não a têm o morto e os animais” (DIDIER JR., Fredie. *Pressupostos processuais e condições da ação*, p. 113). Posteriormente, em 2021, sugere a possibilidade de tê-la os animais em DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual*

civil, parte geral e processo de conhecimento. 23ª ed. Salvador: Juspodivm, 2021, vol. 1, p. 488-490.

²⁰² Conceito jurídico-positivo é aquele que “fica submetido às contingências das transformações do direito positivo” e a sua definição “variável conforme o tempo e o espaço” (DIDIER JR., Fredie. *Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida*. 3ª ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 50).

²⁰³ Prova disso é que vários países já optaram por não *coisificar* os animais, conforme análise comparada feita por ATAÍDE JR., Vicente de

considerada uma característica fundamental para atribuir capacidade jurídica já que até os entes despersonalizados podem ser dotados dela²⁰⁴.

Essas premissas levam à conclusão de que não existem barreiras para que sejam feitas alterações legislativas no Brasil atribuindo aos animais a condição de sujeitos de direito (capacidade de ser parte) e regulando o seu modo de atuação em juízo (capacidade processual). Basta que o Legislativo tome essa iniciativa justificando a pertinência axiológica da mudança, o que, como é de amplo conhecimento, vem ganhando força na sociedade civil e em parcela da comunidade jurídica. Como advertem os partidários da doutrina do direito animal, “é preciso antecipar se a aposta na capacidade processual dos animais realmente implicará aprimoramento da respectiva tutela jurisdicional”²⁰⁵.

As iniciativas legislativas com esse objetivo já são uma realidade no Brasil e duas merecem destaque: o Projeto de Lei nº 6.054/2019 e o Projeto de Lei nº 145/2021 que propõem a alteração do art. 82 do CC e do art. 75 do CPC.

O Projeto de Lei nº 6.054/2019 pretende acrescentar um parágrafo único ao art. 82 do CC para estabelecer um regime jurídico especial para os animais domésticos e silvestres.

Os objetivos declarados da mudança legislativa são a “afirmação dos direitos dos animais e sua respectiva proteção”, a “construção de uma sociedade mais consciente e solidária” e o “reconhecimento de que os animais possuem personalidade própria oriunda de sua natureza biológica e emocional, sendo seres sensíveis e capazes de sofrimento”.

Para isso, o texto afirma que “os animais domésticos e silvestres possuem natureza jurídica *sui generis*, sendo sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais podem gozar e obter a tutela jurisdicional em caso de violação, sendo vedado o seu tratamento como coisa”. E, na parte mais importante, o Projeto de Lei propõe a inserção do parágrafo único do art. 82 do CC, que versa sobre bens móveis, com a seguinte redação: “o disposto no *caput* não se aplica aos animais domésticos e silvestres”.

O Projeto de Lei merece elogios por outorgar proteção jurídica adequada dos animais no plano do direito material, excepcionando a incidência do regime da propriedade sobre eles, mas sem cair na armadilha de personalizá-los. Não é possível confundir a condição de sujeito de direito com a atribuição de personalidade jurídica. Conferi-la aos animais seria um equívoco. A bem da verdade, não haveria razão para *personalizar* juridicamente os animais

Paula. *Capacidade processual dos animais*, p. 263-270.

²⁰⁴ Para uma análise neste sentido, GORDILHO, Heron José de Santana; SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Animais em juízo: direito, personalidade jurídica e capacidade processual. *Revista de Direito Ambiental*, v. 17, n. 65, p. 333-

363, jan./mar. 2012; ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais*, p. 206-210.

²⁰⁵ ATAÍDE JR., Vicente de Paula. A capacidade processual dos animais. *Revista de Processo*, v. 46, n. 313, p. 95-128, mar. 2021.

porque o ordenamento jurídico brasileiro já reconhece a condição de outros sujeitos de direito sem personalidade jurídica, como determinados entes despersonalizados (por exemplo, espólio, massa falida, condomínio edilício, nascituro, sociedade de fato etc.)²⁰⁶. Inclusive, a escolha de qualificação dos animais como sujeitos despersonalizados de direitos pode ser *estratégica* para atingir o objetivo de obter a capacidade processual²⁰⁷.

Contudo, o Projeto de Lei peca em dois pontos.

O primeiro problema é não delimitar quais animais serão efetivamente considerados sujeitos de direito. Ainda que o texto do Projeto de Lei restrinja o novo regime jurídico aos animais domésticos e silvestres, não se preocupa a conceituá-los. Na verdade, esse é um debate mais profundo e complexo porque “a proteção jurídica a ser dada aos animais, obviamente, depende do tipo de criatura que eles são”²⁰⁸ e “não é possível falar em direitos animais como se existisse um só animal, com caracteres, aptidões e necessidades uniformes”²⁰⁹.

Afinal, quais animais poderiam titularizar situações jurídicas?²¹⁰ Parece intuitivo que o tratamento jurídico não pode ser o mesmo porque animais tem características muito diferentes, basta pensar nos *pets* como cachorros e gatos domésticos, grandes primatas, animais silvestres como pássaros, insetos, répteis, roedores, dentre outros. Muitas classificações podem ser feitas tanto a partir de critérios jurídicos, quanto a partir de critérios extrajurídicos, por exemplo, o critério biológico. O reino animal é amplo e muito diversificado, assim como a relação dos animais com os seres humanos também é.

O segundo problema é não tratar a questão sob a ótica processual. A iniciativa legislativa mira alterar regra de direito material como se ela fosse suficiente por si só para conferir dignidade e atribuir direitos aos animais, mas haverá um impacto no direito processual porque a capacidade de ser parte leva à capacidade processual. No entanto, nada é dito sobre a capacidade processual dos animais ou sobre o modo de atuação deles em juízo. Embora a mudança seja importante e constitua um avanço para a capacidade de ser parte dos animais, é insuficiente

²⁰⁶ Contra essa equiparação, ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais*, p. 209.

²⁰⁷ SILVA, Tagore Trajano de Almeida. *Animais em juízo*. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001, p. 68-70.

²⁰⁸ SUNSTEIN, Cass R. Os direitos dos animais. Trad. Heron José Santana Gordilho. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 9, n. 16, p. 47-70, set., 2014, esp. p. 65

²⁰⁹ ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais*, p. 202.

²¹⁰ Pergunta feita por DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*, vol. 1, p. 489, seguida de alguns exemplos: “a) todos; b) os sencientes (os que têm sensações e sentimentos); c) os grandes primatas (chimpanzés, orangotangos, gorilas e bonobos); d) os de-estimação (*pets*); e) “não-daninhos” (art. 17 do Decreto 24.645/1934)”. Defendendo a personalidade de jurídica dos grandes primatas, cfr. MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. *A personalidade jurídica dos grandes primatas*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

por não tratar da capacidade processual²¹¹.

Ainda assim, em linhas gerais, essa modificação sugerida pelo Projeto de Lei é muito tímida por não tratar diretamente da *qualificação jurídica* dos animais, mas apenas criar uma exceção a elas no regime jurídico dos bens.

O Anteprojeto do Código Civil, finalizado e apresentado pela Comissão de Juristas ao Congresso Nacional em 2024, tem redação mais avançada ao criar uma seção própria destinada aos animais e acrescentar o art. 91-A com a seguinte redação: “os animais são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial”. Segundo o dispositivo, essa proteção deverá ser regulada por lei especial (§ 1º) e enquanto ela não for promulgada serão aplicadas subsidiariamente aos animais as disposições relativas aos bens, desde que compatíveis com sua natureza e sensibilidade (§ 2º). A mudança promovida pelo Anteprojeto do Código Civil representa um avanço considerável na condição jurídica dos animais e deixa uma porta aberta para avançar ainda mais sobre o tema, ainda que tenha mantido a aplicação subsidiária do regime jurídico dos bens enquanto não houver a lei especial regulamentado o tema.

Já o Projeto de Lei nº 145/2021 busca disciplinar a capacidade processual dos animais não-humanos em processos judiciais. O texto

reconhece que “os animais não-humanos têm capacidade de ser parte em processos judiciais para a tutela jurisdicional de seus direitos”, não só no âmbito individual, mas também no âmbito coletivo (art. 1º e parágrafo único do Projeto de Lei). Por fim, o art. 2º do Projeto de Lei sugere incluir o inciso XII no art. 75 do CPC para determinar que “os animais não-humanos sejam representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelas associações de proteção dos animais ou por aqueles que detenham a sua tutela ou a sua guarda”.

O Projeto de Lei é importante porque acaba de uma vez por todas com as dúvidas em relação à capacidade processual dos animais, o que é importante em razão do debate em torno da vigência ou não do Decreto nº 24.645/1934. Contudo, ele não sugere nenhuma mudança no Código Civil, ficando restrito à capacidade processual dos animais. O ideal seria que os dois Projetos de Lei andassem em conjunto porque são complementares.

Esse segundo Projeto de Lei menciona expressamente que *animais não-humanos* serão *representados* em juízo. Não especifica se a proteção jurídica alcançará animais domésticos e silvestres, como faz o outro Projeto de Lei. Além disso, como não explica o significado dessa “representação”, não é possível saber se ela atende de forma

²¹¹ Neste sentido, dizendo que “será necessário estabelecer como se realizará, pragmaticamente, essa capacidade processual: como os animais acessarão a Justiça em busca de seus direitos fundamentais, como serão

identificados, quais adaptações procedimentais serão necessárias etc.” (ATAÍDE JR., Vicente de Paula. A capacidade processual dos animais. *Revista de Processo*, v. 46, n. 313, p. 95-128, mar. 2021).

satisfatória aos anseios da atribuição de capacidade processual aos animais.

Para compreender o alcance dessa categoria, é necessário estabelecer as diferenças entre a representação e a substituição processuais.

Na *representação processual*, o representado é a parte do processo, mas o representante, não. O representante atua em juízo defendendo direito alheio, o direito do representado²¹². A atuação do representante busca apenas suprir a incapacidade processual da parte representada. É o representante quem pratica os atos processuais exclusivamente em nome do representado, a verdadeira parte do processo. Em suma, na representação, o sujeito ativo da relação jurídica de direito processual é o próprio sujeito ativo da relação jurídica de direito material. Basta pensar, por exemplo, nos processos em que figuram os menores de idade, as verdadeiras partes, geralmente representados por seus genitores.

Ao contrário, na *substituição processual*, o substituído não é parte do processo, mas o próprio substituto que é. O substituto defende direito alheio em juízo, mas em nome próprio²¹³. Os atos processuais são praticados pelo próprio substituto em legitimidade extraordinária, sem participação em contraditório do substituído²¹⁴. O sujeito ativo da relação jurídica de direito processual não é o sujeito ativo da relação jurídica de direito material. Nestes casos ocorre a substituição da parte processual, enquanto na representação há uma integração da capacidade jurídica. Não cabe substituição processual voluntária, sendo necessária autorização do ordenamento jurídico para que ela ocorra, conforme dispõe o art. 18 do CPC.

O exemplo mais comum é o da substituição processual nos processos coletivos. Para facilitar a prestação da tutela jurisdicional, o ordenamento jurídico autoriza que determinados entes públicos e privados substituam grupos de pessoas em juízo para

²¹² DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, vol. II, p. 138-140; DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*, vol. 1, p. 400.

²¹³ Ideia praticamente unânime na doutrina processual brasileira, como se vê em OLIVEIRA JR., Waldemar Mariz de. *Substituição processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971; ALVIM, Arruda. *Substituição processual*. *Revista dos Tribunais*, v. 60, n. 426, p. 20-32, abr. 1971; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Estudo sobre a substituição processual no direito brasileiro*. *Revista dos Tribunais*, v. 61, n. 438, p. 23-35, abr. 1972; CAMPOS JR., Ephraim de. *Substituição processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985; DINAMARCO, Cândido Rangel.

Instituições de direito processual civil, vol. II, p. 140 e 362-364; DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*, vol. 1, p. 400.

²¹⁴ No caso, uma legitimidade extraordinária autônoma exclusiva, conforme conhecida classificação de BARBOSA MOREIRA, José Carlos Barbosa. Apontamentos para um estudo sistemático da legitimação extraordinária. In: *Direito processual civil: ensaios e pareceres*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971, p. 58-72, no que é seguido pela maioria da doutrina, como ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979, p. 132-133; CAMPOS JR., Ephraim de. *Substituição processual*, p. 18-19.

promover a tutela de direitos coletivos e a tutela coletiva de direitos²¹⁵. Neste ponto, as normas do microsistema de processo coletivo atribuem legitimidade extraordinária por substituição processual ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Administração Pública direta e indireta e às associações civis para defesa de direitos difusos, coletivos *strictu sensu* e individuais homogêneos (art. 5º da Lei 7.347/1985 e art. 82 do CDC).

Essa constatação recomenda que o Projeto de Lei não fique restrito à representação processual para que não seja outorgada proteção jurídica insuficiente aos animais. Seria ideal acrescentar também a possibilidade de substituição processual para que os direitos dos animais sejam protegidos mediante duas formas de atuação em juízo²¹⁶:

(i) A *tutela coletiva* dos direitos dos animais ocorrerá por meio de *substituição processual* figurando como legitimados extraordinários o Ministério Público, a Defensoria Pública e as associações protetoras dos animais; e

(ii) A *tutela individual* dos direitos dos animais ocorrerá, em regra,

por meio de *representação processual* dos seus tutores ou guardiões, e, excepcionalmente, por meio de *substituição processual* do Ministério Público ou Defensoria Pública ou associações protetoras dos animais.

É fundamental diferenciar os espaços de atuação da tutela individual e da tutela coletiva dos direitos dos animais. Assim como animais individualmente considerados podem precisar de tutela jurisdicional no caso de lesão ou ameaça um direito (por exemplo, um cachorro vítima de maus-tratos ou uma ave transportada ilegalmente), também é perfeitamente possível que um grupo de animais necessite de tutela jurisdicional (por exemplo, um grupo de focas, de vacas ou de cachorros)²¹⁷.

No âmbito da tutela coletiva, seguindo as regras já existentes, a legitimação extraordinária deve ser *mista*, ou seja, conferida tanto a entes públicos (Ministério Público e Defensoria Pública), quanto a entes privados (associações de proteção dos animais). A legitimidade adequada destes entes é da tradição do direito processual coletivo brasileiro e pode ser aproveitada para tutela processual dos direitos dos animais²¹⁸.

²¹⁵ Na conhecida classificação de ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

²¹⁶ Defendendo essa possibilidade, de *lega lata*, com base no Decreto nº 24.645/1934, SILVA, Tagore Trajano de Almeida. *Animais em juízo*, p. 98. Ver, ainda, SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte dos animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual.

Revista Brasileira de Direito Animal, ano 4, n. 5, p. 323-352, jan./dez. 2009; FERREIRA, Ana Conceição Barbuda. Animais não humanos como sujeitos de direito: considerações processuais. *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 6, n. 9, p. 307-353, jul./dez. 2011.

²¹⁷ SILVA, Tagore Trajano de Almeida. *Animais em juízo*, p. 97.

²¹⁸ ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais*, p. 316-327.

O Ministério Público funcionaria como instituição capaz de tutelar direitos indisponíveis dos animais e assegurar a função ecológica dos animais visando à proteção do meio ambiente por meio do inquérito civil e da ação civil pública (arts. 127 e 129, inc. III, da Constituição, e arts 1º e 25, inc. IV, “a”, da Lei 8.625/1993, a Lei Orgânica do Ministério Público)

A Defensoria Pública também funcionaria como instituição capaz de salvaguardar os direitos dos animais na esfera coletiva, já que tem como função institucional promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos coletivos ambientais (art. 4º, inc. X, da Lei Complementar nº 80/1994 que organiza a Defensoria Pública).

Por fim, a tutela dos direitos dos animais pode ser defendida em juízo por meio das sociedades protetoras dos animais. É de conhecimento público e notório o importante papel desempenhado por organizações não-governamentais e associações civis na proteção aos animais no Brasil e no mundo²¹⁹.

Essa configuração jurídica dividida entre entes públicos e privados é a mais adequada para evitar um indesejável monopólio da iniciativa do direito de ação na defesa dos direitos de um grupo de animais²²⁰. De um lado, a eventual inércia ou omissão dos entes pertencentes à esfera pública pode ser preenchida pela iniciativa dos entes que compõe a esfera privada. De outro lado, a eventual falta de recursos materiais e financeiros dessas entidades privadas poderia ser suprida pelo aparato e estrutura dos entes públicos não deixando desguarnecida a tutela dos direitos dos animais.

Já no âmbito da tutela individual, a representação se mostra a técnica processual mais adequada porque animais, mesmo os sencientes, não tem capacidade autônoma de manifestar a sua vontade em juízo em virtude da sua natureza não-humana. A integração da capacidade jurídica dos animais ocorrerá por meio dos seus tutores ou guardiões que surgem como representantes adequados para defender os interesses dos seus animais em juízo, equilibrando o contraditório e garantindo o devido processo legal²²¹.

²¹⁹ Sobre a importância e a representação adequada da sociedade protetores dos animais, SILVA, Tagore Trajano de Almeida. *Animais em juízo*, cap. 3.3; ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais*, p. 323-324.

²²⁰ Por conta disso, a legitimidade para tutela coletiva dos animais absorveria todas as características da legitimação coletiva em geral: autônoma (o legitimado coletivo é autorizado conduzir o processo independentemente do titular do direito litigioso), exclusiva (só o legitimado coletivo pode ser parte principal no processo, cabendo ao titular do direito litigioso intervir), concorrente (mais de um sujeito tem

legitimidade coletiva) e disjuntiva (um legitimado coletivo pode exercer a sua iniciativa independentemente da vontade de outro legitimado coletivo). Por todos, DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil: processo coletivo*. 11ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017, vol. 4, p. 196-198.

²²¹ É o que argumenta, corretamente, SILVA, Tagore Trajano de Almeida. *Animais em juízo*, p. 100; SILVA, Tagore Trajano de Almeida. *Capacidade de ser parte dos animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual*.

O maior desafio é indicar quem serão os representantes adequados dos animais em juízo. Primeiro, porque a matéria não é totalmente regulamentada no âmbito infraconstitucional, havendo apenas leis esparsas; segundo, porque os grupos de animais possuem características distintas entre si e a adequação da representação deve levar em consideração essas diferenças.

O correto seria atribuir o poder de representação em juízo dos animais àqueles que possuem dever de zelo, guarda e proteção do animal²²². Neste sentido, a distribuição da representação processual dos animais poderia ser feita da seguinte forma: a) os cetáceos e animais silvestres serão representados pelo Poder Público, já que são propriedade do Estado, na forma do art. 1º da Lei 5.197/1967; b) os animais de estimação serão representados por aqueles que detenham autoridade parental sobre ele; c) os animais submetidos à pecuária, pesca e pesquisas científicas, porque dotados de capacidade jurídica reduzida, serão representados pelos responsáveis

diretos pelo seu bem-estar, como as empresas, os cientistas e os laboratórios.

Deve ser preservada ainda a possibilidade de o Ministério Público, a Defensoria Pública ou as associações protetoras dos animais, atuando na condição de substitutos processuais, pleitearem a tutela jurisdicional do direito individual de um determinado animal no caso de interesse social ou desse direito individual ser indisponível²²³.

Por exemplo, nas situações em que o animal for vítima de maus-tratos ou violência por parte dos próprios tutores ou guardiões, condicionar a instauração da demanda judicial à representação dos agressores seria o equivalente a privá-lo do direito à tutela jurisdicional. E isso não pode ser admitido em face do direito fundamental de acesso à justiça previsto no art. 5º, inc. XXXV, da CF, segundo o qual toda lesão ou ameaça a direito deve ser apreciada pelo Poder Judiciário.

CONCLUSÕES

Revista Brasileira de Direito Animal, ano 4, n. 5, p. 323-352, jan./dez. 2009.

²²² Conforme proposta de ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais*, p. 221-225.

²²³ ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais*, p. 319. A tese de que o Ministério Público tem legitimidade constitucional para agir como substituto processual sempre que houver interesse social e lesão ou ameaça a direito individual indisponível é defendida por GODINHO, Robson. Renault. *O Ministério Público como substituto processual no processo civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, posteriormente reafirmada em GODINHO,

Robson. Renault. *Ensaio sobre o Ministério Público no processo civil*. Salvador: Juspodivm, 2024, p. 55-94. O STJ entende que o Ministério Público tem legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação buscar a tutela de pessoa individualmente considerada, valendo conferir os julgados neste sentido em casos de fornecimento de medicamento a pessoas carentes, idosos ou menores: REsp 819.010/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, j. 28/3/2006; REsp 822.712/RS, relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, j. 4/4/2006; REsp n. 688.052/RS, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, j. 3/8/2006.

Atualmente, no direito brasileiro, animais são considerados meras coisas e não sujeitos de direito. Eles não têm capacidade de ser parte e nem capacidade processual.

Essa condição tem sido criticada por parcela da doutrina que busca construir os fundamentos para outorga de tutela processual adequada aos animais, propondo que eles possam figurar como partes em processos judiciais. Algumas ações judiciais já foram propostas com animais figurando no polo ativo da demanda, representados por entidades protetoras dos animais. Inclusive, já existem decisões de tribunais brasileiros reconhecendo a capacidade processual de animais. Outras, porém, criticam essa iniciativa.

É certo, porém, que mudanças desta natureza não devem acontecer por vias oblíquas. Sem entrar no mérito da pertinência ética ou axiológica desta mudança, os obstáculos processuais atuais são intransponíveis para que animais figurem em juízo como partes de processos judiciais. Mas nada impede que mudanças normativas sejam feitas, desde que realizadas na sede adequada, o Poder Legislativo.

Neste contexto, os Projetos de Lei nº 6.054/2019 e 145/2021 são capazes de alterar adequadamente o regime jurídico das capacidades dos animais, tanto no plano do direito material (art. 82 do CC), quanto no plano do direito processual (art. 75 do CPC). O ideal, portanto, é que ambos sejam aprovados em conjunto, com ajustes, para acabar com qualquer tipo de dúvida em torno da capacidade processual dos animais.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Arruda. Substituição processual. *Revista dos Tribunais*, v. 60, n. 426, p. 20-32, abr. 1971.
- AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 10^a ed. São Paulo: Saraiva jur, 2018.
- ANDRADE, Fernanda; ZAMABM, Neuro José. A condição de sujeito de direito dos animais humanos e não humanos e o critério da sentiência. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 11, n. 23, p. 143-171, set./dez. 2016.
- ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.
- ATAÍDE JR., Vicente de Paula. A capacidade processual dos animais. *Revista de Processo*, v. 46, n. 313, p. 95-128, mar. 2021.
- ATAÍDE JR., Vicente de Paula. *Capacidade processual dos animais: a judicialização do direito animal no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.
- ATAÍDE JR., Vicente de Paula. O Decreto nº 24.645/1934 e a capacidade de ser parte dos animais no processo civil. *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, v. 21, n. 129, p. 83-101, jan./fev. 2021.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos Barbosa. Apontamentos para um estudo sistemático da legitimação extraordinária. In: *Direito processual civil: ensaios e pareceres*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971, p. 58-72.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Sobre os pressupostos processuais. In:

- Temas de direito processual: quarta série.* São Paulo: Saraiva, 1989, p. 83-93.
- BATISTA, Lia Carolina. Pressupostos processuais e efetividade do processo civil: uma tentativa de sistematização. *Revista de Processo*, v. 37, n. 214, p. 79-119, dez. 2012.
- BENJAMIN, Antônio Herman. A natureza no Direito Brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso. *Caderno Jurídico da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo*, ano 1, v. 1. n. 02, p. 149-169, jul. 2001.
- CAMPOS JR., Ephraim de. *Substituição processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.
- CASTILLO, Niceto Alcalá-Zamora y. Enjuiciamiento de animales y de objetos inanimados, en la segunda mitad del siglo XX. In: *Estudios procesales*. Madrid: Tecnos, 1974, p. 686-726.
- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. Estudo sobre a substituição processual no direito brasileiro. *Revista dos Tribunais*, v. 61, n. 438, p. 23-35, abr. 1972.
- DEMASI, Luiza Regina Ferreira. A senciência animal e o direito. *Revista de Direito Ambiental*, v. 25, n. 100, p. 555-579, out./dez. 2020.
- DIAS, Edna Cardozo; Os animais como sujeitos de Direito. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 1, n. 1, p. 119-121, jul./dez. 2006.
- DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 23ª ed. Salvador: Juspodivm, 2021, vol. 1.
- DIDIER JR., Fredie. *Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DIDIER JR., Fredie. *Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida*. 3ª ed. Salvador: Juspodivm, 2016.
- DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil: processo coletivo*. 11ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017, vol. 4.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017, vol. II.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil*. 41ª ed. São Paulo: Saraiva jur, 2024, vol. 1.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: Parte Geral e LINDB*. 19ª ed. Salvador: Juspodivm, 2021.
- FERREIRA, Ana Conceição Barbuda. Animais não humanos como sujeitos de direito: considerações processuais. *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 6, n. 9, p. 307-353, jul./dez. 2011.
- GODINHO, Robson. Renault. *Ensaio sobre o Ministério Público no processo civil*. Salvador: Juspodivm, 2024.
- GODINHO, Robson. Renault. *O Ministério Público como substituto processual no processo civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- GONTIJO, Bruno Resende Azevedo; FIUZA, César. Dos fundamentos da proteção aos animais – uma

- análise acerca das teorias de personificação dos animais e dos sujeitos de direito sem personalidade. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, v. 1, n. 1, p. 189-204, out./dez., 2014.
- GORDILHO, Heron José de Santana; ATAIDE JR., Vicente de Paula. A capacidade processual dos animais no Brasil e na América Latina. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 15, n. 2, maio/ago. 2020.
- GORDILHO, Heron José de Santana; SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Animais em juízo: direito, personalidade jurídica e capacidade processual. *Revista de Direito Ambiental*, v. 17, n. 65, p. 333-363, jan./mar. 2012.
- GRECO, Leonardo. *Instituições de processo civil: introdução ao direito processual civil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, vol. 1.
- HACHEM, Daniel Wunder; GUSSOLI, Felipe Klein. Animais são sujeitos de direito no ordenamento jurídico brasileiro? *Revista Brasileira de Direito Animal*, v.13, n. 03, p.141-172, set-dez 2017.
- LÔBO, Paulo. *Direito civil: parte geral*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva jur, 2024, vol. 1.
- LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Comentários ao Código de Processo Civil – Volume II* (arts. 70 a 118), Das partes e dos procuradores. Coordenadores: José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme A. Bondioli, João Francisco Naves da Fonseca. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MARINONI, Luiz Guilherme. A função dos “pressupostos processuais” no processo civil contemporâneo. *Revista do Instituto dos Advogados do Paraná*, n. 35, p. 81-96, jul. 2007.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, vol. 2.
- MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; PETERLE, Selma Rodrigues. Análise crítica do Código Civil de 2002 à luz da Constituição brasileira: animais não humanos. *Revista de Direito Ambiental*, v. 24, n. 93, p. 65-88, jan./mar. 2019.
- MELLO, Marcos Bernardes de. Acheegas para uma teoria das capacidades em direito. *Revista de Direito Privado*, v. 1, n. 3, p. 9-34, jul./set., 2000.
- MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. *A personalidade jurídica dos grandes primatas*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MIRAGEM, Bruno. *Teoria geral do direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- OLIVEIRA JR., Waldemar Mariz de. *Substituição processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: introdução ao direito civil - teoria geral de direito civil*. 34ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995, t. I.
- RODRIGUES, Danielle Tetü. *Os animais não-humanos como sujeitos de direito sob enfoque interdisciplinar*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Defesa: Curitiba, 2007.
- SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. *Direito constitucional ecológico: Constituição, direitos fundamentais e proteção da natureza*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
- SCHREIBER, Anderson. *Manual de direito civil contemporâneo*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva jur, 2024.
- SILVA, Tagore Trajano de Almeida. *Animais em juízo*. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.
- SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte dos animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual. *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 4, n. 5, p. 323-352, jan./dez. 2009.
- SILVESTRE, Gilberto Fachetti; LORENZONI, Isabela Lyrio; HIBNER, Davi Amaral. A tutela jurídica material e processual da senciência animal no ordenamento jurídico brasileiro: análise da legislação e de decisões judiciais. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 13, n. 1, p. 55-95, jan./abr. 2018.
- SIMÃO, José Fernando. Direito dos animais: natureza jurídica. A visão do direito civil. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 3, n. 4, p. 897-911, 2017.
- SOUSA, Miguel Teixeira de. Sobre o sentido e a função dos pressupostos processuais: algumas reflexões sobre o dogma da apreciação prévia dos pressupostos processuais na ação declarativa. *Revista de Processo*, v. 16, n. 63, p. 64-87, jul./set. 1991.
- SUNSTEIN, Cass R. Os direitos dos animais. Trad. Heron José Santana Gordilho. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 9, n. 16, p. 47-70, set., 2014.
- TARTUCE, Flávio. *Direito civil: Lei de Introdução e Parte Geral*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024, vol.1.
- TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. *Fundamentos de direito civil: teoria geral do direito civil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024, vol. 1.
- TOKARCZUK, Olga. *Sobre os ossos dos mortos*. Trad. Olga Baginska-Shinzato. São Paulo: Todavia, 2019.
- UZEDA, Carolina; TEMER, Sofia; PANTOJA, Fernanda Medina;

FARIA, Marcela Kohlbach. Entes organizados despersonalizados e capacidade de ser parte: grupos e associações de fato em juízo (Art. 75, IX, do CPC). *Civil Procedure Review*, v. 12, n. 1, jan.-abr., p. 165-205, 2021.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: Parte Geral*. 24^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024, vol. 1.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. 7^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.